



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

**ATA**

**DE SESSÃO DE JULGAMENTO DO RECURSO REFERENTE A CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº  
021/2023/CPLO/SUPEL/RO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0069.201489/2021-83/SEOSP/RO**

**OBJETO: Revitalização e ampliação de espaço público CEDEL - Jardim Santana, no município de Porto Velho-RO.**

Aos **nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, às doze horas**, na sede da **Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL**, sito a Av. Farquar, nº 2986 - Bairro Pedrinhas - Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos, 2º andar - Porto Velho/RO – Fone: (69) 3212-9243, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL, designada através da **Portaria nº 05 de 16 de janeiro de 2023**, para proceder ao exame do recurso administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **3R CONSTRUÇÕES LTDA**, contra decisão da Comissão de Licitação que desclassificou sua proposta de preços em Ata de Reunião de 15.12.2023, e disponibilizado no site endereço eletrônico [www.rondonia.ro.gov.br/supel](http://www.rondonia.ro.gov.br/supel) na mesma data.

**I- DAS PRELIMINARES**

- 1.) Recurso Administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **3R CONSTRUÇÕES LTDA**, contra o resultado do julgamento das propostas de preços referente à **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 021/2023/CPLO/SUPEL/RO**.
- 2.) CONTRARRAZÕES – nenhuma empresa participante manifestou interesse em contrarrazoar.
- 3.) Recurso administrativo com base na Lei Federal nº 8.666/93.

**II- DAS FORMALIDADES**

Cumpridas as formalidades legais, registra-se que foi cientificado as demais licitantes da existência e trâmite do RECURSO ADMINISTRATIVO interposto, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo Licitatório retro identificado, divulgado o Aviso de Recurso ID (0044727443) e o recurso administrativo na íntegra no “site” da SUPEL – [www.rondonia.ro.gov.br/supel](http://www.rondonia.ro.gov.br/supel).

**III- DAS ALEGAÇÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO**

A empresa **3R CONSTRUÇÕES LTDA** contradita a decisão da Comissão de Licitação, que desclassificou sua proposta de preços em ata datada dia 15.12.2023 por deixar de apresentar composição de custos unitários para os itens: ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM -

MONTAGEM. AF\_12/2015 - Código SINAP 92775 e BARRA DE APOIO RETA, EM ALUMINIO, COMPRIMENTO 70 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_01/2020 - Código SINAP 92775, alegando o que segue:

Que teve sua proposta de preços desclassificada equivocadamente conforme Ata de Julgamento das Propostas lavrada em 15.12.2023 que (...) *que o item “ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF\_12/2015 - Código SINAP 92775”, está devidamente contemplado na planilha de composição de preços apresentada, tanto na Planilha Sintética como na Planilha Unitária (Acessória), nas páginas nº 3 (subitem 5.3.2.3) e nº 24 (...)*

Relata em seu recurso que (...) *na elaboração das Planilhas de Composição de custos unitários/acessórios, ocorreu mero erro material ao não ser inserida a Planilha referente a tal item, o que nada influi no preço final proposto e orçado para o objeto da licitação, nem, tampouco, causa qualquer prejuízo ao deslinde da licitação, haja vista que, repita-se, o mesmo foi contemplado na Planilha de Composição de Custos Sintética, nos exatos termos, quantidades e valores exigidos no instrumento convocatório (...). Ainda que (...) o mero equívoco material, não é capaz de elidir a participação desta empresa no certame(...).*

Discorre acerca de (...) *REAFIRMAR que ambos os itens mencionados na decisão de desclassificação desta empresa, foram devidamente inseridos na Planilha de Composição de Custos Sintética apresentada, havendo, apenas, MERO EQUÍVOCO MATERIAL na não inserção da planilha de composição unitária de preços específica ao item “barra de apoio reta”, falha a qual não possui o condão de ensejar qualquer repercussão ou prejuízo na licitação, não sendo apta e nem suficiente para justificar a desclassificação desta empresa no certame (...)*

Reforçando a tese de que a empresa requerente teve sua proposta comercial desclassificada por mero erro material ao deixar de juntar a planilha de composição de custos unitário de um único item.

Nesse contexto, a empresa **3R CONSTRUÇÕES LTDA** requer seja acolhido o recurso interposto, de modo que possibilite a mesma a prosseguir no certame; e que seja assegurado o direito de preferência ao desempate, haja vista que a mesma se enquadra como Microempresa - ME.

#### IV- DA ANÁLISE DOS FATOS quanto ao RECURSO:

Após analisar o recurso interposto, a Comissão de Licitação, com base no § 4º, do artigo 109, da Lei 8.666/93, **DECIDIU MANTER sua decisão proferida em Ata do dia 15.12.2023**, fundamentando sua decisão, no princípio constitucional contido no art. 41, “caput”, vinculado as condições do edital. Senão vejamos:

Ao reexaminar a proposta de preços apresentada pela empresa, constata essa Comissão de Licitação que desclassificou a mesma acertadamente, baseada nas regras constates no edital, que por sua vez é elaborado de acordo com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei Complementar nº. 123/06 e alterações Lei Estadual nº 2414 de 18 de fevereiro de 2011.

Primeiramente a requerente **3R CONSTRUÇÕES LTDA** ao argumentar que sua desclassificação se deu de forma equivocada, tendo em vista que a mesma incorreu em mero erro material ao deixar de apresentar a composição unitária de itens da planilha, não procede.

Essa Comissão de Licitação ao examinar a proposta de preço apresentada pela empresa requerente, constatou que não foram apresentadas as composições dos itens da planilha orçamentária: **5.3.2.3 ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF\_12/2015 e; 6.2.1.13.5 BARRA DE APOIO RETA, EM ALUMINIO, COMPRIMENTO 70 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_01/2020**, descumprindo expressamente o disposto no subitem 16.1.2 , “e.1” do edital .

**16.1** - Para a Proposta de Preços, exigir-se-á dos interessados o seguinte:

(...)

**16.1.2** - Planilha Orçamentária baseada nos projetos executivos, especificações e exigências constantes deste Edital, constando:

(...)

**e)** Será exigida das proponentes a apresentação:

**e.1)** Das composições unitárias de custos de todos os itens, cujo valor de cada item deverá ser idêntico ao lançado na Planilha Orçamentária apresentada pela empresa; e

(...)

**h)** A exigências contidas na alínea “e” deste item não constitui objeto de DESCLASSIFICAÇÃO de proposta, **porém é obrigatória apresentação de todas as composições unitárias de custos**. Havendo erro a licitante será convocada a qualquer tempo para proceder com as correções, sob pena de sanções previstas na Lei 8.666/93. As correções não poderão ensejar alteração no valor original da Proposta. (nosso grifo).

Por essa razão, é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação (art. 41 da Lei 8.666/93). Em outras palavras, pode se dizer que, “nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no ato convocatório.”. Como bem destaca Fernanda Marinela: O princípio da vinculação ao instrumento convocatório leva à assertiva de que o edital é a lei interna da licitação: Como princípio específico da licitação, tem-se a vinculação ao instrumento convocatório. O instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. Por essa razão, é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação, ficando a ele estritamente vinculada, conforme previsto no art. 41 da lei.

"Art. 3º da Lei 8.666/93: A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da **vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Nas licitações cujo julgamento se dá pelo menor valor global, é indispensável a análise dos valores unitários. Eventual exceção poderia ser aventada nos casos de obras e serviços de engenharia contratados sob o regime de empreitada por preço global ou empreitada integral, a exemplo do que foi disciplinado no âmbito da Administração Pública federal pelo Decreto nº 7.983/2013.

Isso porque, os preços unitários representam os custos que compõem o valor global e, nessa medida, são indicativos quanto à regularidade do preço final proposto.

A composição de preço unitário, também conhecida como composição de custo unitário, é uma das primeiras etapas no planejamento e orçamento de uma obra, sendo fundamental para que o controle da construção seja realizado. Afinal, é com ela que se obtêm os custos dos materiais, mão de obra, produtividade, entre outros dados.

Por meio dela é possível determinar a quantidade de dias e de profissionais necessários para cada atividade, assim como o custo de cada e o total de materiais e equipamentos. Além disso, permite escolher métodos construtivos de contratação e realizar projeções, a fim de definir qual será a melhor estratégia para cada projeto. Por oferecer um panorama mais controlado do projeto de construção, a composição de preços unitários auxilia em tomadas de decisões mais rápidas e assertivas.

O **Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas da União** já se inclinaram sobre a necessidade de avaliar os preços unitários nas licitações cujo critério de julgamento baseia-se no menor valor global, sendo que tal análise é reforçada em licitação cujo objeto será executado, medido e pago segundo as quantidades especificamente prestadas.

Portanto, evidenciado a imprescindibilidade da apresentação da composição unitária de todos os itens da planilha orçamentária. A decisão em ataque foi pautada única e exclusivamente sob a égide do cumprimento das leis do edital.

Nesse sentido fica mantida a decisão anteriormente proferida em ata do dia 15.12.2023, tendo em vista que a empresa **3R CONSTRUÇÕES LTDA** descumpriu com as normas contidas no escopo do edital.

#### V – DA CONCLUSÃO:

De tudo quanto dito, esta Comissão de Licitação julga improcedente o Recurso Administrativo interposto, para **negar-lhe provimento**, mantendo a decisão anteriormente proferida em Ata de Reunião datada em 15.12.2023 com base na Lei Federal nº 8.666/93, mantendo a desclassificação da proposta de preços apresentada pela empresa requerente. Portanto o resultado do julgamento da classificação das propostas de preços do certame em tela mantêm-se **DESCCLASSIFICAR** as empresas: **EXECUTIVA SERVIÇOS COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI, DOUGLAS & CIA SOCIEDADE LTDA, PALOMA CONSTRUÇÕES EIRELI** e **3R CONSTRUÇÕES LTDA**, e decidiu ainda **CLASSIFICAR** as empresas:

ENGERO CONSTRUÇÕES & TERRAPLANAGENS EIRELI	3.221.324,37	1º
PORTO CONSTRUÇÕES LTDA	3.222.331,52	2º
H.T. SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA	3.397.374,82	3º
NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA	3.574.202,42	4º
ABR SERVICE LTDA	3.660.566,45	5º

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Ata, a qual foi lavrada, assinada pela Presidente e pelos membros da Comissão. Porto Velho/RO, aos **nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro**, às **doze horas e trinta minutos**.

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

**ERALDA ETRA MARIA LESSA**

Presidente

**SAMIR PAIVA DO ESPÍRITO SANTO**

Membro

**NADIANE DA COSTA LAIA**

Membro



Documento assinado eletronicamente por **Eralda Etra Maria Lessa, Presidente**, em 09/01/2024, às 13:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nadiane da Costa Laia, Membro**, em 09/01/2024, às 13:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Samir Paiva do Espirito Santo, Membro**, em 09/01/2024, às 13:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0044942373** e o código CRC **1CC7DE0F**.

**Referência:** Caso responda este(a) Ata, indicar expressamente o Processo nº 0069.201489/2021-83

SEI nº 0044942373